

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais, referentes às atividades da MAPFRE Investimentos e Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos Contábeis - CPC em consonância às práticas contábeis prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.
Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus impactos
A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos cem anos com consequências sociais e econômicas a pessoas e empresas.
Autoridades de todo o mundo têm tomado medidas restritivas para conter a transmissão da doença. Essas restrições acarretam impactos profundos na economia, uma vez que parte preponderante da atividade econômica pressupõe que as pessoas sejam ativas, socialmente e profissionalmente. Ainda que as incertezas em relação à duração das restrições dificultem a quantificação desses impactos, alguns indicadores de atividade econômica já demonstram sinais de enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito. Nessa linha, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos, seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais.
Estabelecemos pilares de atuação contra os impactos da Covid-19 que o Grupo MAPFRE adotou:
a) Garantir o bem-estar de nossos colaboradores
I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazê-lo;

II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos pelos nossos CEOs e Diretores comunicando novidades referentes à Covid-19;
III. Plano de Retomada de forma gradativa;
IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificar o sintoma, orientação médica on-line 24h, atendimento por videochamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus).
b) Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível
I. De serviços gratuitos de Orientação Médica por Telefone (OMT) aos segurados de vida e telemedicina no programa MAPFRE Cuidando de Você;
II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de vida, habitacional e prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;
III. Renovação do seguro auto, residencial e rural com as mesmas condições e preços de 2019;
IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24 horas e suporte complementar, como proteção digital e *help desk*;
V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e pericia de automóveis.
c) Manter o funcionamento normal das operações em condições anormais
I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas, além de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do Coronavírus;
II. Atualização do valor do bônus performance para as assistências 24h, um adicional acordado entre a MAPFRE e os prestadores que entregam serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos;

III. Oferta de treinamentos online à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE.
No campo social, por meio da Fundação MAPFRE, apoio a projetos que ajudaram a população no combate ao Coronavírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos. Doação de mais de R\$ 16 milhões para apoio a iniciativas de instituições governamentais e entidades de saúde, tanto de prevenção da disseminação da pandemia, quanto no tratamento da infecção.
Resultado do Exercício
Em 2020, a MAPFRE Investimentos e Participações S.A. apresentou um lucro de R\$ 10,7 milhões, obtidos substancialmente de equivalência patrimonial de suas controladas.
Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Investimentos e Participações S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos Acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.
Para 2020, será distribuído o valor de R\$ 2,6 milhões à sua controladora MAPFRE Brasil Participações S.A..
Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.
São Paulo, 26 de abril de 2021
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

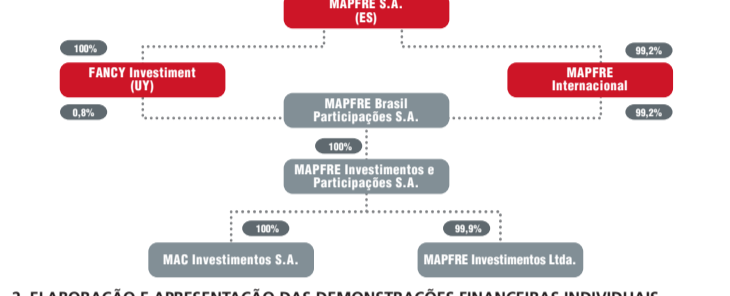
Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		5.344	8.702
Disponibilidades		2	8
Aplicações	4	5.025	5.195
Outros créditos		317	3.499
Créditos tributários e previdenciários		303	1.600
Outros créditos a receber	5	14	1.899
Não circulante	4	55.727	42.917
Aplicações		1.422	1.268
Investimentos	4	54.305	41.649
Participações societárias	6	54.305	41.649
Total do ativo		61.071	51.619

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		2.858	1.630
Outras obrigações		2.858	1.630
Sociais e estatutárias		2.857	1.630
Fiscais e previdenciárias		1	-
Patrimônio líquido	7	58.213	49.989
Capital social		45.471	45.471
Reservas de lucros		12.742	4.518
Total do passivo		61.071	51.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A MAPFRE Investimentos e Participações S.A. (doravante denominada por "Companhia"), tem como objeto social a participação em sociedades. A Companhia foi constituída em 25 de outubro de 2010, iniciando suas operações em 5 de novembro de 2010. Está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ nº 12.865.557/0001-74. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos seguindo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base para preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas com a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações em consonância com as normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A MAPFRE Investimentos e Participações S.A. está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: I. Não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; II. A MAPFRE Investimentos e Participações S.A. não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; III. A MAPFRE Investimentos e Participações S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou outro órgão regulador; e IV. A controladora intermediária da MAPFRE Investimentos e Participações S.A., que é a MAPFRE Brasil Participações S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de abril de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
b) Continuidade: A Administração considera que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio.
c) Base para avaliação, apresentação e medida funcional: As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado. A medida funcional da Companhia é o Real.
d) Uso de estimativas e julgamentos: As demonstrações financeiras individuais incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Companhia, como a mensuração de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, valorização de determinados instrumentos financeiros, avaliação do valor de recuperação de ativos e vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
e) Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuições e previdenciárias são classificados como não circulantes. Os bens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais.
a) Aplicações e instrumentos financeiros: A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:
i. Disponibilidades: Incluem caixa e saldos em conta movimento com risco insignificante de mudança de seu valor justo. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo.
ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período.
iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido líquido. A evidência objetiva de que quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.
iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.
v. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c. *Vi. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
b) Redução ao valor recuperável dos ativos:
i. Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência objetiva indica que o valor de recuperação é reconhecido no reconhecimento inicial do ativo financeiro.
ii. Ativos não financeiros: Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.
c) Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais. Outros investimentos são avaliados pelo custo histórico de aquisição.
d) Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, ajustado pela depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, para sistema de processamento de dados, veículos e móveis e equipamentos de uso.
e) Ativo intangível: Gastos de desenvolvimento interno de sistemas, incluindo o custo de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desses sistemas.
f) Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é constituída baseada em um histórico de eventos ocorridos, e quando seja provável que um recurso econômico venha ser exigido para liquidar uma obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, quanto às probabilidades de perdas. São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

Títulos	Vencimento			Valor justo	Ativos Ajuste ao valor justo	Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Hierarquia a valor justo	(A)	(B)	(C)	(F)	(G)	(H)
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	4.379	646	-	5.025	5.025	5.025
Fundos de investimentos	4.379	646	-	5.025	5.025	5.025
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	2.385	246	2.631	2.631	2.631
Debêntures	2	368	76	444	444	444
Letras financeiras - LF	2	-	-	-	-	-
Operações compromissadas (*)	2	1.626	-	1.626	1.626	1.626
Depósitos com prazos com garantia especial - DPGE	1	-	324	324	324	324
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	-	-
Ativos mantidos até o vencimento	-	437	985	1.422	1.422	1.422
Fundos de investimentos	-	437	985	1.422	1.422	1.422
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	985	985	1.302	317
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	437	437	437	489
Total	4.379	1.083	985	6.447	6.447	6.816

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.
b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
• Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.
c) Determinação do valor justo: Para fins de gestão, as aplicações financeiras da Companhia são realizadas e registradas por meio de fundos de investimentos exclusivos, cujas cotas são valorizadas diariamente, e disponibilizadas pelas Administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos, que compõem a carteira desses

g) Receitas e despesas: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e consideram, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização.
h) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de crédito; e • Risco de liquidez.
Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até às diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e a auditoria interna como objetivo a análise estatística e o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas funções de natureza auditoria e fiscalizadora, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessoria-lá no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuários, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à assessoria da adequação do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.
Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.
Gerenciamento do risco de crédito: Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito com base no fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um *rating* bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro). As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

	2020			2019		
	AAA	AA-	A-	AAA	AA-	A-
Ativos financeiros - rating						
Títulos de renda fixa públicos (*)	5.679	-	-	5.679	5.730	-
Letras financeiras	-	-	-	-	127	-
Debêntures	333	111	-	444	503	104
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	324	-	-	-
Outros/caixa/valores a pagar/receber	-	-	-	-	-	(1)
Total	6.012	111	324	6.447	6.233	104

(*) Inclui operações compromissadas com lastro em títulos públicos.
A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.
Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento.
Exposição ao risco de liquidez: O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos.
Gerenciamento do risco de liquidez: A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. As aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez imediata. A seguir o casamento de ativos e passivos:

	2020		2019	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	4.395	2.771	6.125	2.512
Fluxo de 1 a 5 anos	50.719	-	38.724	-
Fluxo acima de 5 anos	1.302	-	1.214	-
Total	56.416	2.771	46.063	2.512

(*) O fluxo de ativos considera as disponibilidades, aplicações e outros créditos a receber. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais, aquelas classificadas na categoria valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. (**) O fluxo de passivos considera outras obrigações.
5. APLICAÇÕES
a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	6	12.656	10.243
Resultado operacional	(517)	(95)	(501)
Despesas administrativas	8b	(789)	(501)
Despesas com tributos	8c	(13)	(20)
Resultado financeiro	8a	285	426
Resultado antes dos impostos	12.139	10.148	-
Imposto de renda	(1.353)	-	-
Lucro líquido do exercício	10.786	10.148	-
Quantidades de ações		26.527.694	26.527.694
Lucro líquido por ação		0,41	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	10.786	10.148
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	10.786	10.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	62.471	-	(4.224)	58.247
Aumento de capital	(17.000)	-	-	(17.000)
Resultado do exercício	-	-	-	10.148
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.406)
Reserva de Lucros	-	297	4.221	

QUANDO O MUNDO INTEIRO PARECIA
PARAR, NÓS CONTINUAMOS **CUIDANDO.**

No cenário atípico e desafiador que se abriu, nos adaptamos e, mais do que nunca, trabalhamos para colocar em ação medidas que preservassem o bem-estar e a segurança de nossos clientes, parceiros, colaboradores e toda a sociedade.

E, mesmo que novos imprevistos surjam, uma coisa é certa: **cuidar será sempre prioridade.**